

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROCESSO CONSTRUTIVO POR MUTIRÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: JARDIM APUANÃ E PARQUE EUROPA I E II

Dra. Rosana M.P.B. Schwartz¹

Doutoranda Sheila Cristina Silva Aragão Caetano²

Resumo

Esta pesquisa analisa dois movimentos de luta por moradia na cidade de São Paulo: no Jardim Apuanã, na região norte; e outro, o Parque Europa I e II na região sul da cidade. A partir da investigação acerca destes movimentos, busca-se questionar as experiências cotidianas de luta das mulheres lideranças envolvidas nessas ações, as formas de apropriação do espaço urbano, a especulação imobiliária e a segregação espacial e social dos segmentos sociais populares. Por meio das participantes, usando a perspectiva da história cultural e categoria de análise de gênero, as ações coletivas das mulheres lideranças, suas estratégias de luta nos grupos de base do movimento, as mobilizações, as ocupações de terrenos abandonados no centro da cidade, os mecanismos de organização mútua em associações, as reuniões, as coordenações e os tipos de mutirões.

Palavras-chave: Mulheres, Mutirão, Cidade, Movimento de Moradia.

Abstract

This research analyzes two housing movements in the city of São Paulo: Jardim Apuanã, in the northern region; and Parque Europa I and II, in the southern region of the city. From the research about these movements, it seeks to question the daily struggle experiences of the women leaders involved in these actions, the forms of appropriation of urban space, real estate speculation and the spatial and social segregation of popular social segments. Through the participants, using the perspective of cultural history and gender analysis category, the collective actions of the women leaders, their strategies of struggle in the movement's base groups, the mobilizations, the occupations of abandoned land in the city center, the mechanisms of mutual organization in associations, the meetings, the coordinations and the types of mutirões (mutual self-help communities).

Keywords: Women, Mutirão, City, Housing Movement.

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie – e-mail: rosanamaria.schwartz@mackenzie.br

² Universidade Presbiteriana Mackenzie – e-mail: sheila.aragao@icloud.com

Esta pesquisa trata da luta das mulheres líderes do movimento de moradia na cidade de São Paulo com foco no processo construtivo por mutirão no Jardim Apuanã, região norte, constituído em 1983 e no Parque Europa I e II na região sul da cidade, organizado desde 1987.

Desvela pormenores sobre a estratégia de ocupação de terrenos na periferia da cidade, as estratégias de reuniões e coordenações e as construções de moradias populares pelo processo construtivo do mutirão de autogestão e por empreitada.

Busca trazer as experiências cotidianas das mulheres lideranças envolvidas nessas ações e tecer fios sobre formas alternativas de apropriação do espaço urbano, diante da histórica especulação imobiliária e segregação espacial e social dos segmentos sociais populares na cidade de São Paulo.

Por meio da observação participante, nas duas organizações do movimento popular de moradia/mutirão da cidade e pela perspectiva da história cultural e categoria de análise de gênero, foram tratadas: a formação dos movimentos, a organização das associações, as ocupações de dois terrenos abandonados, as reuniões, as coordenações e as construções das moradias pelo processo de mutirões de autogestão e empreitada. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental composta por teses e dissertações sobre o tema, registros/documentos das duas associações e da Secretaria da Habitação de São Paulo, matérias dos boletins dos movimentos, diários e cartas pessoais, fotografias, atas de reuniões e a técnica da história oral para a obtenção de relatos e experiências das coparticipantes da pesquisa. Procurou-se costurar nas narrativas de seis mulheres coordenadoras e líderes do movimento, informações e dados obtidos a partir da compulsão desses documentos.

As entrevistas iniciais foram organizadas a partir de roteiro orientador com critérios preestabelecidos na seleção das mulheres coparticipantes. O primeiro consistia no conhecimento da história de cada grupo de base e das associações do movimento, o segundo possuir posição de liderança no coletivo e organização das estratégias de luta e por último possuidoras das condições de relatar o processo construtivo das moradias por mutirão.

O foco central foi a ocupação dos dois terrenos, o processo construtivo das moradias no cotidiano feminino, a organização das reuniões e das coordenações e a importância dessas ações como espaços de representações e símbolos coletivos.

Como pano de fundo da pesquisa, foram sumariados o processo de urbanização da cidade de São Paulo, suas tensões e suas formas de apropriação do espaço urbano, bem como a importância dos projetos de mutirão.

Ao longo da análise buscou-se investigar os novos espaços de atuação da mulher via esforços coletivos no movimento, evidenciando multiplicidades de conexões entre esses sujeitos históricos com a comunidade local.

Em suma, procurou-se trazer os mecanismos de luta, as experiências cotidianas e os relacionamentos estabelecidos pelas lideranças femininas no cotidiano do movimento e os impactos das suas ações nas suas próprias identidades.

As ações estão relacionadas com o problema da ocupação do solo na cidade de São Paulo e remontam ao processo histórico de urbanização, vinculado à expansão cafeeira, à subvenção da imigração, concomitantemente com a política de loteamentos que levaria as camadas populares a viverem em habitações coletivas, construídas a partir de adaptações de casarões deteriorados, em geral com instalações sanitárias de uso comum, pouca ventilação e congestionamento de cômodos, os denominados cortiços. Uma alternativa era a casa de aluguel nas vilas operárias, destinadas aos trabalhadores das fábricas. Os planos municipais na República, objetivavam o sanitarismo e a construção de bairros compostos por edifícios públicos grandiosos destinados à ideia de cidade moderna e “civilizada”, com espaços distintos para o comércio e outros para as residências. (SCHWARTZ, 2019)

A legislação municipal e a política sanitária conectavam-se com os programas de coibição das construções de cortiços e moradias similares, levando ao deslocamento de parcela da população popular para áreas afastadas da cidade, processo que resultaria na conhecida periferização das moradias baseada no trinômio: loteamento periférico, ocupação irregular do solo e autoconstrução de casas.

Esses deslocamentos humanos propiciaram a estruturação de mobilizações populares e organizações como os Clubes de Mães, Sociedades Amigos de Bairros – SABs e o Movimento pela Regularização dos Loteamentos Clandestinos criados nos vazios urbanos (regiões com parcas ocupações populacionais e sem infraestrutura), até que nos anos de 1980 formou-se a União dos Movimentos de Moradia - UMM, abrangendo essas diversas entidades e associações ligadas à moradia nas regiões metropolitanas, estado e, inclusive no Brasil como um todo.

As estratégias de luta foram amadurecendo e no ano de 2002:

Foram realizadas megas-ocupações, coordenadas pela União dos Movimentos de Moradia- UMM. Cerca de 5.000 pessoas ocuparam oito áreas, entre terrenos nas franjas da cidade e prédios vazios na região central. Em fevereiro de 2003, a UMM orquestrou uma manifestação reivindicando maior empenho do governo do Estado nas ações relativas à habitação e direito à cidade. Em julho

desse mesmo ano, cerca de 3.000 famílias de populares, integrantes de vários movimentos de moradia, ocuparam cinco prédios vazios, com dívidas de IPTU e sem função social na região central da cidade de São Paulo. No final do referido ano, os movimentos de moradia realizaram outra manifestação para cobrar mais verbas para a habitação no orçamento municipal de 2004. Em abril de 2004, novas ocupações em vários pontos da cidade foram realizadas. O período ficou conhecido por “Abril Vermelho”. (SCHWARTZ, 2019, p112)

Esse clima de organização e luta, levou grande parte dos líderes dos movimentos de moradia a pensar na opção de ocupação de terrenos para a construção de moradias pelo processo de mutirão e o programa de mutirão por autogestão/comunidade organizado desde os anos de 1980, se constituiu um dos principais objetivos perseguidos pelos movimentos de moradia das franjas da cidade.

As comunidades em parceria com a prefeitura e universidades previam a construção de casas, ações promotoras de qualidade de vida em relação a: saúde; educação; arte e cultura; esportes; e preparação para o trabalho remunerado.

Nos anos 80, arquitetos brasileiros começaram a se interessar pela experiência Uruguia de cooperativas habitacionais por ajuda mútua, realizada no interior do país, em 1966, pelo Centro Cooperativista do Uruguai. Essas associações, por falta de legislação, estavam regulamentadas como cooperativas de consumo. Passaram a ter existência legal em 1968, com a aprovação da Lei Nacional de Vivenda. Essa experiência de cooperativismo habitacional estava assentada no meio sindical e partidário. Em 1982, o engenheiro uruguaio Guilherme Henrique Pinto Coelho, em conjunto com 400 famílias da Vila Maria, conquistou uma gleba de terra e iniciou o Projeto Vila Nova Cachoeirinha, que constituiu um marco dos mutirões autogestionários na cidade de São Paulo. O próprio movimento contratou uma equipe técnica e criou uma comissão de moradores para a compra do material necessário à construção. (SCHWARTZ, 2019)

Em 1984, arquitetos que estiveram no Uruguai promoveram o Primeiro Encontro de Movimento de Moradia por Cooperativismo e Ajuda Mútua, que contou com a presença de técnicos uruguaios integrantes das CEBs que apostavam na alternativa do mutirão associativo, mas não na autogestão de lideranças dos movimentos de moradia da periferia da cidade.

Em São Paulo, a autogestão recebeu assessoria técnica independente do LAB - Laboratório da Faculdade de Belas Artes, criado em 1982, e apoio dos discentes da UNICAMP e da PUC-Campinas. Essa assessoria técnica recebeu também o auxílio de ONGs, que, então, atuaram como parceiras da comunidade.

O Primeiro Mutirão Vertical da cidade, o Jardim Apuanã.

A escolha em observar o Conjunto Habitacional do Jardim Apuanã deveu-se à sua natureza pioneira auto gestonária e concepção verticalizada para a construção das 802 unidades de apartamentos e casas sobrepostas.

Foi concebido e planejado pelos Grupos de Base Filhos da Terra, União do Povo, Chico Mendes, Jardim Vasconcelos, Movimento dos Sem-Terra da Zona Norte.

Segundo as Atas desses grupos entrecruzados com os depoimentos das líderes, o movimento atravessou períodos promissores em desenvolvimento da proposta e ao mesmo tempo, tensos contra as autoridades responsáveis pela moradia ligadas à prefeitura e ao Estado de São Paulo.

O projeto desde a concepção até a conclusão perpassou várias gestões municipais, provocando desequilíbrios e interferências no processo construtivo.

As lideranças dos grupos de base para manter a união e despertar o sentido de pertencimento/identidade utilizavam multiplicidades de estratégias como: reuniões e assembleias semanais, cursos, caminhadas pelo território, oficinas de arte e mapas narrativos no Bairro Jaçanã. O objetivo era a troca de saberes, o compartilhamento de experiências de vida, sensibilidades, estabelecer vínculos afetivos entre os integrantes, compreender as representações sobre o local, além de motivar a conscientização sobre o problema habitacional da cidade de São Paulo.

Entender as representações leva ao simbólico construído sobre o território, suas relações com a moradia, com o político e com as múltiplas identidades do grupo. Leva ao sentimento de pertencimento individual e coletivo, pois, as identidades são relacionais e para existirem dependem da consciência marcada pela diferença, pela noção das condições de fluidez não binária da construção do “eu” e do “outro” no mundo. A fluidez das identidades está no tornar-se, no transformar-se, na capacidade de posicionar a si próprios e de reconstruir as identidades históricas herdadas de um suposto passado comum de um grupo.

Assim, nas relações estabelecidas pelas estratégias do movimento, o simbólico e o social se estabeleciam, se classificavam e se reconstruíam. Esse sistema classificatório organizava os discursos, as ações no cotidiano, as representações, os significados e os sentidos de pertencimento. As construções das identidades são tanto simbólicas como sociais, interseccionam as vidas cotidianas com as relações econômicas, políticas, sociais e culturais locais, regionais e globais. (HALL, 2000)

Os sistemas simbólicos incluem as representações, as práxis, por meio das quais os significados são produzidos posicionando os indivíduos como sujeitos ou atores sociais. Enfim, nas atividades dos grupos de base, em sua maioria lideradas pelas mulheres, os significados produzidos pelas representações forneceram sentido às experiências e àquilo que eram. Sentidos

criados e recriados em constante movimento aguçados pelas estratégias de organização do movimento.

O reconhecimento do território social, cultural e físico, como um direito de cada um e do grupo, foi exercido pela prática cotidiana das reuniões e assembleias, o que provou o descentramento das relações de poder, e indicou diferentes lugares, a partir das quais novas identidades podiam emergir e novos sujeitos podiam se expressar e atuar.

Para conhecer o território físico, o movimento criou a estratégia de caminhar pelo bairro, conversando com os moradores e comerciantes. O objetivo era marcar os possíveis terrenos para ocupações e negociações com a prefeitura. Entre os terrenos escolhidos foi uma área abandonada e com impostos atrasados que apelidaram, por sua configuração aladeirada e íngreme, de Morro do Quiabo.

Segundo os mapas desenhados em várias camadas e os registros escritos em cadernos da associação, as possíveis entradas no terreno foram estudadas e discutidas em reunião coletiva. A experiência e a expectativa entrelaçavam as construções históricas do passado, presente e as expectativas de futuro dos integrantes do movimento no processo de mapeamento (KOSELLECK, 2006). Essas categorias desvelam espaços de experiências que representam o passado e horizontes de expectativas que representam o presente e o futuro. A ocupação do terreno se construiu nas relações dessas temporalidades.

O tempo histórico não é apenas uma palavra sem conteúdo, mas uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa. A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. As expectativas, que visam ao futuro, correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que se referem ao que ainda virá. Nossos medos e esperanças, ansiedades e desejos, apatias e certezas, inquietudes e confianças, tudo o que aponta para o futuro através das nossas expectativas, fazem parte deste horizonte de expectativas. (KOSELLECK, 2006, p.309).

Assim, nesse contexto simbólico de experiências e expectativas o grupo marcou a data da ocupação, denominada simbolicamente de “Dia de Festa”. Uma das práticas comuns dos movimentos sociais de luta por moradia.

A ocupação é um mecanismo de luta para as pessoas que precisam de moradia e estão nos movimentos, são estratégicas, criam união e são bem estudadas. O terreno não é escolhido de qualquer forma, nós estudamos se podem ser

negociados, se podem servir para a moradia, qual situação dos terrenos. (LOPES, 2005)

Nesse sentido, o vocábulo ocupação designa a ação coletiva dos sem-teto pelo direito à moradia digna, ao invés de expressar invasão. Ocupação é uma ação realizada como prática coletiva, consensual e solidária, constante de reivindicação, objetivando a conquista do espaço para a realização do “sonho” ou a expectativa de obtenção da moradia e representa uma das formas estratégicas conscientizar sobre as deficiências das políticas públicas relacionadas às questões habitacionais.

Após a ocupação os grupos de base permaneceram 64 dias no local e iniciaram as primeiras negociações para a desapropriação do terreno. Durante esse período realizaram trabalhos de limpeza do mato, construção de barracas para abrigar oitocentas famílias que ocuparam o Morro do Quiabo, a cozinha comunitária e organização da segurança do local. Essa primeira etapa levou aproximadamente dois anos.

Após esse período os ocupantes iniciaram, juntos, os trabalhos de negociações com as autoridades governamentais, as parcerias na elaboração do projeto junto à Universidade de São Paulo – FAU/USP e criaram e recriaram laços associativos e comunitários.

A verba inicial do projeto foi arrecadada entre os próprios ocupantes. Para tanto, criaram uma cooperativa cujos membros contribuía com 10% de sua renda familiar. Receberam apoio da Paróquia da região, que colocou à disposição do movimento o seu salão paroquial para a continuidade das reuniões e assembleias.

O encadeamento de ações coletivas, cujas noções fundamentais propunham primeiramente mais interesses individuais e imediatos (como ter a casa) que coletivos foram sendo ampliados no decorrer do processo.

As trajetórias de pressão contra o poder público (passeatas, acampamentos, entre outras) eram sistemáticas e apelavam para a necessidade da passagem do “eu” para o “nós”, incentivando o agrupamento e a união, que consolidariam um sentimento de força (“juntos venceremos”). Esse tipo de sentimento levou o grupo a adquirir maior conhecimento sobre a situação dos populares com relação ao seu direito à cidade, à moradia, à saúde, à cultura e educação.

Indivíduos espacialmente dispersos (moradores das favelas e dos cortiços não organizados) na região, tomaram conhecimento das ações dos grupos de base que se aglutinaram no Movimento dos Sem-Terra da Zona Norte e, posteriormente, organizaram outras associações no bairro. As famílias reunidas em acampamento e divididas em grupos de 25 pessoas, após discussões, escolheram os candidatos a representantes da associação. Os critérios para a escolha

eram participação frequentes nas reuniões, colaboração na organização dos trabalhos junto à comunidade e capacidade de liderar. Foram, então, eleitos os coordenadores de grupo e o coordenador geral que em sua maioria eram mulheres.

Duas vezes por mês, sempre aos domingos, eram realizadas assembleias gerais da associação para as votações das decisões discutidas pelas coordenadoras de grupos sob a coordenação geral. Destacavam como propósito a participação coletiva junto às assessorias técnicas para a realização do projeto arquitetônico em parceria com a Prefeitura, que, na época, se encontrava sob a gestão de Luiza Erundina.

Nos registros/documentos da associação afirmavam que se constituíram como grupo associativo organizado. O sentido dogmático da palavra “organização”, era reivindicado, pois a SEHAB (Secretaria da Habitação), utilizava o termo como critério distributivo para a circunspeção dos projetos de loteamentos urbanizados ou materiais de construção.

Tanto no Jardim Apuanã como nos demais mutirões, o Programa Habitacional de Interesse Social da prefeitura, à época, atendeu aos mutirantes por meio da divisão de recursos do financiamento do FUNAPS Comunitário para a compra de ferramentas, equipamentos e materiais de construção, para a contratação de assessoria técnica e mão-de-obra especializada e para o desenvolvimento do projeto que seria empreendido no local. As verbas eram liberadas em parcelas periódicas previstas no cronograma de obras, após a vistoria dos técnicos da SEHAB e a entrega da documentação referente à prestação de contas por parte dos associados. O retorno do financiamento era feito pelos integrantes das associações após o término da construção e conforme o número de dependentes e a renda de cada família. (SCHWARTZ, 2019)

Mediante a parceria entre eles estabelecida, os integrantes da associação se transformaram em mutirantes. Eles, criaram a cooperativa, que após uma série de reuniões, mapeamentos e discussões optaram pela verticalização de uma parte da obra e pela construção de casas sobrepostas umas às outras na parte mais íngreme do terreno.

O projeto do Jardim Apuanã foi o primeiro mutirão vertical da cidade e serviu de parâmetro para a organização de outros movimentos em outros bairros da cidade. O empreendimento ergueu, no total, 802 unidades habitacionais na Travessa Barreira Branca nº. 61, no Bairro Jardim Filhos da Terra.

Hoje 2021, mantém um galpão no centro do condomínio para reuniões, assembleias, atividades culturais e educacionais. Essas atividades proporcionam consistência às ideias de trabalho coletivo, ajuda mútua, solidariedade e constituição de comunidade. O território é um lugar de memória, um espaço simultaneamente material, simbólico e funcional em coexistência. É rico no âmbito das batalhas de memória e uso político. Na perspectiva de Pierre Nora (1997),

esses lugares são responsáveis pela compreensão dos processos de produção social de memórias e levam à duas ordens: a tangível e a simbólica. A história do nome da associação – “Filhos da Terra” – para os primeiros membros do movimento e hoje para os seus filhos e netos é construção de espaço simbólico referencial que reforça o esboço do sistema de identificação do grupo e de suas lutas, é reconhecimento do seu direito à cidade e de um tempo vivido. Não obstante, suas reconstruções no tempo, são repletas de apagamento e reconfigurações de significados, por isso, não trazem o passado tal como se passou, mas o seu reemprego e seu uso e desuso no presente carregado de ressurreições e reconstruções.

Ao relembrem por meio de contações de histórias, performances e entrevistas obtidas pela ferramenta da história oral, com os participantes dos grupos à época, múltiplas histórias e visões emergiram em movimentos memorizados e entre elas, os acontecimentos após a vitória de Paulo Maluf nas eleições para a prefeitura de São Paulo e a centralização das medidas habitacionais no projeto Cingapura. As verbas destinadas para os mutirões rarearam e cada família passou a se encarregar da compra dos materiais necessários ao acabamento de suas moradias com recursos próprios, além de contribuir com mensalidades para dar andamento às outras construções do mutirão.

Depois da vitória Maluf a gente fez assembleia e reunião para não deixar o Maluf vir aqui intervir na demanda, acabar com a gente. Nós assumimos e decidimos, assim, acabar com as 128 unidades que estavam nas fundações porque a empreiteira que tinha sido contratada pela prefeitura tinha abandonado a obra. Nós contribuimos com 50 reais, na época, e terminamos os apartamentos. De acordo com o número de horas trabalhado... quem trabalhou mais foram os primeiros a serem chamados. Com a arrecadação de dinheiro da comunidade a gente levantou mais 128 unidades, porque não é justo com os companheiros que estavam ajudando a trabalhar ficar sem. E assim, fizemos e ocupamos, nessas condições. Hoje temos 802 famílias nos apartamentos... mas foi muita luta... Nós só conseguimos concluir tudo na gestão da Martha... tamanha era a morosidade do governo em cumprir seus compromissos contratuais. E o grande motivo dessa vitória foi, sem dúvida nenhuma, a mão-de-obra de graça das famílias de mutirantes... que vinha todos os fins de semana, os profissionais que a gente contratou pela autogestão e a organização das assembleias e reuniões e a atuação das mulheres. Nós mulheres, nunca deixamos a peteca cair. (FRANCO, 2021)

Nesse período as ações das mulheres foram fundamentais, elas utilizaram da história do movimento, das lutas por melhorias nos bairros, escolas, postos de saúde e necessidade de construir um país democrático para a manutenção da união dos mutirantes. As representações mentais (criadas e recriadas nas assembleias, nas reuniões, nas missas no galpão, nos discursos e nos comportamentos cotidianos) e as representações objetivadas na fala somadas aos emblemas, bandeiras, insígnias, faixas e cartazes expostos nas construções, permitiram insurgir o político representado e a representação do político explícito e implícito nas tramas da vida cotidiana.

Os projetos, as táticas e as estratégias individuais e coletivas cravadas nos processos sócio-históricos de forma não linear, dos mutirantes convidaram o grupo a pensar nas circulações que tornaram possíveis as conexões, as resistências e as formas de hibridação das ressignificações das identidades.

Essas constatações propuseram às pesquisadoras considerar possibilidades de investigação histórica por meio da alteração do ângulo analítico, dando destaque à microanálise dentro da macroanálise, à história vista debaixo e à categoria gênero. Os achados nos mais distintos documentos, permitiram dilatar a análise sobre os aspectos sociais desse grupo histórico, focar nas mulheres lideranças e escolher ferramentas e métodos oriundos da história cultural. (GRENDI, 2009).

As mulheres estabeleceram as relações de convívio no território do mutirão, cuidaram das demandas do projeto de construção por autogestão, foram iniciadoras do processo de aprendizagem da democracia, baseado nas ideias de liberdade e justiça e mesmo sem se darem conta, se transformaram em educadoras sociais.

Logo no início da ocupação do terreno as mulheres trabalharam na abertura de poços para a obtenção de água e no transporte dos materiais em carrinhos de mão. Não existiam caminhões e nem pequenos tratores para essa tarefa.

Os registros mostram que cada mutirante, casado ou não, homem ou mulher, assinou um pré-contrato com a COHAB-SP para a catalogação e o cadastramento das horas trabalhadas por semana e aos sábados e domingos. A fiscalização dessas horas era realizada pela “apontadora”, responsável pelo sistema de controle de trabalho pelas COHABs.

O pessoal da COHAB ficou admirado com o nosso trabalho, com tudo que fizemos. Nós realizamos tarefas de homem, só que com muito mais qualidade. O cuidado com o material, a separação dos materiais, o trabalho de preparação para fazer a estrutura dos prédios, a parte de deixar tudo certinho para fazer as ruas e as fundações....tudo isso foi feito em conjunto, mas, nós mulheres

trabalhamos muito mais...nossa mistura de massa para cimento era muito mais lisa e facilitava quando assentava os tijolos. (CAMILLO, 2021)

A participação das mulheres aparece em trabalhos variados, como na fundação de valas, no nivelamento do terreno, na colocação de pedras e das estruturas de ferro (que consiste em cortar, dobrar e preparar as armações de ferro para as estruturas dos edifícios), na concretagem, na preparação da argamassa para a alvenaria (com a distribuição do concreto sobre módulos, aprontando a base de concreto sobre a qual se construiria os prédios), na limpeza do local, no acabamento geral e de batentes de portas e janelas e em diversas outras tarefas.

No trabalho de nivelamento 90% da mão-de-obra era feminina. As mulheres preparavam a terra com enxadas e pás para cobrirem as valas e nivelarem o terreno.

Na equipe de ferragem, as mulheres faziam, ainda, as vigas e preparavam o estribo de ferro para dobrarem e armarem as vigas. Só não atuavam na colocação de forros e telhados e nos trabalhos de hidráulica e eletricidade.

A alvenaria do mutirão foi desenvolvida sob duas formas construtivas: tradicional, com o uso da linha, e o pedreiro mecânico.

Como pedreiras foram consideradas todas aquelas que se desenvolveram no próprio decorrer do trabalho e que passaram a orientar um ou mais ajudantes, podendo ou não ter participado do curso fornecido pelo SENAI na obra. (SCHWARTZ, 2019)

No regulamento de obras do mutirão estava prevista a possibilidade de o mutirante ser ajudado por parentes ou amigos, o que contava na soma de suas horas trabalhadas. A coordenadora da equipe de trabalho fazia a avaliação do trabalho desse ajudante, podendo ou não, de acordo com a sua produtividade, considerá-lo na soma das horas um mutirante.

O movimento nos primeiros anos dividiu os trabalhos em 16 grupos, cada qual com a sua coordenadora que se submetia à coordenação geral do movimento.

No mutirão a coordenação controlava a participação da sua equipe e as horas trabalhadas, observando se existiam débitos, os problemas dos mutirantes que faltavam ao trabalho, o entrosamento dos integrantes do grupo e as diretrizes da coordenação geral. Além disso, as mulheres supervisionavam o material utilizado na obra e atribuía funções aos demais trabalhadores.

A coordenação geral, por sua vez, estimulava o grupo com palavras de incentivo, como “Vamos lá gente, vamos trabalhar”, entre outras atribuições como a organização de atividades culturais – exposições das obras de arte criadas pelos moradores do território, saraus, rodas poéticas, danças e concurso de música.

Alguns problemas relativos à precária condição de saúde de alguns mutirantes – que chegavam com enfermidades que se manifestaram durante os trabalhos – foram resolvidos, em parte, também, pelas mulheres, que decidiram criar uma cozinha comunitária para fornecer um café da manhã reforçado aos trabalhadores a partir das 11:00 da manhã e depois do almoço, bem como uma pequena farmácia, com remédios para primeiros socorros. (SCHWARTZ, 2019)

Uma das reivindicações realizadas pelos mutirantes durante as construções era a criação de um posto de saúde na região para atender as pessoas que morariam no conjunto habitacional e no território. Esse posto foi uma das principais conquistas dos mutirantes, e está funcionando e atendendo as pessoas acometidas pela Pandemia de COVID-19.

Segundo os filhos e netos dos mutirantes coparticipantes da pesquisa, o principal aprendizado da experiência Apuanã é a superação de limites sociais, políticos, artísticos e culturais pelos atuais moradores do complexo. Os ensinamentos das ações coletivas e a participação da comunidade em todas as decisões do território no passado reverberam na atualidade.

A ex-coordenadora Maria Izilda Camillo e moradora do Apuanã, relata que ao mesmo tempo em que os mutirantes trabalhavam no projeto eles acompanhavam as lideranças em ações políticas, como as caravanas à Brasília para se reunirem junto aos representantes de outros movimentos de moradia de vários Estados pelo direito à cidade.

Dessas ações emergiram articulações de cunho nacional que despontaram no Movimento Nacional de Lutas por Moradia, que, para conquistar legitimidade, elegeu uma coordenação nacional que adotou a forma da representatividade (dois membros por Estado, sem considerar o volume de mobilizações) e o apoio à Central de Movimentos Populares. Maria Izilda destaca que esses encaminhamentos proporcionaram a criação da União Nacional dos Movimentos de Moradia - UMM, com a adesão de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que reivindicaram para os anos de 2006 e 2007, da prefeitura de São Paulo, a retomada dos 31 Mutirões paralisados no município e de todos os empreendimentos habitacionais na área central, como os Programas Bolsa Aluguel e Locação Social.

Fui eleita coordenadora da União, construí a minha moradia no Apuanã e construí junto uma outra mulher. A experiência do mutirão transforma a pessoa, além de ensinar a lutar, me ensinou a ter esperança na transformação da sociedade pelas nossas próprias mãos. (CAMILO, 2020)

Essa experiência possibilitou a articulação de novas fases de negociações em todos os territórios da cidade com ocupações sobre os critérios para os despejos e reintegrações de posse como da rua Paula Souza, rua Tenente Pena e Prestes Maia e a retomada do Programa de Urbanização de Favelas (SCHWARTZ, 2019)

Para o Governo Federal a União encaminhou as exigências: o atendimento do compromisso do Presidente da República de aportar 600 milhões de reais do Orçamento Geral da União para o Fundo de Moradia Popular; a desburocratização do programa Crédito Solidário; a imediata regulamentação do Fundo Nacional de Moradia Popular; e a paridade entre Sociedade Civil Organizada e Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, no seu Conselho Gestor, conforme aprovado no Conselho Nacional das Cidades. Já ao Governo Estadual foram encaminhadas as reivindicações: a assinatura dos contratos de mutirões, paralisados na CDHU desde o ano 2000; a criação de uma Comissão de Intermediação de Conflitos Fundiários; e a regionalização dos processos de seleção para os empreendimentos de empreitada global e integral, proporcionando o atendimento às famílias de baixa renda (SCHWARTZ, 2019).

Uma vez que as ações coletivas, ocupações, pressões e coletas de assinaturas não foram suficientes para que o movimento visse suas reivindicações coletivas atendidas e as emendas populares ou projetos de lei implementados, os grupos consolidaram novas aglutinações de forças sociais e novas estratégias de luta como a cartografia como instrumento provocador de sentidos, discursos e expressões artístico-culturais.

Os mapeamentos realizados pelos mutirantes foram lidos pelos jovens filhos ou netos dos primeiros moradores do Jardim Apuanã na atualidade. Cada desenho, composição narrou as impressões de cada um que escolheu e ocupou o território Morro do Quiabo.

A cartografia criada é ferramenta que instiga o olhar crítico sobre um determinado território e espaço temporal não vivenciado. Desvela a organização desses sujeitos sociais, as redes de estratégias para a “ocupação” do local e a luta pelo direito à cidade. (AMARAL, 2016). É um registro/documento da história, carregada de perspectivas de vida, conhecimentos e práticas cotidianas dos mutirantes. A partir dela foram reconstruídos pelo olhar do agora, os processos participativos e experiências repletas de processos de resistências e ocupações daquele espaço urbano. A história do movimento/ocupação cartografada é produtoras de dinâmicas contínuas objetivas e materializam o sentimento de pertencimento à história da cidade, às lutas por moradia e as ações comunicativas e às práticas dos ex-mutirantes. Foi ferramenta utilizada para o processo de mapeamento e apropriação da consciência política sobre os direitos territoriais humanos.

Os processos de construção desses mapas não estabelecem um método específico, é ação individual e coletiva isenta de legendas pré-estabelecidas. A base metodológica foi a da cartografia social da Amazônia para desenvolve meios de identificar, mapear e georreferenciar os problemas da moradia popular na cidade. As oficinas no galpão realizadas pelas mulheres estimularam as percepções sobre o espaço social, cultural e urbano (AMARAL, 2016)

Para a criação dos mapeamentos do território de convívio foram promovidas caminhadas nas imediações do terreno, para que cada sujeito lustrasse seus próprios territórios em formato de desenhos. Hoje esses mapas foram transformados em histórias em quadrinhos, poemas de cordel, composições fotográficas, vídeos documentários e performances sobre a ocupação e estão expostas no mesmo galpão.

Acompanhando a cartografia, foram criados cursos de alfabetização de adultos, de reforço escolar para crianças, de formação política e de cidadania, artes plásticas, vídeo documentário, teatro, literatura, para se realizarem no último ou no primeiro domingo de cada mês, contemplando temas atrelados aos direitos humanos, Constituição Brasileira referentes ao direito à moradia, Estatuto da Cidade, as questões ligadas à habitação e à inclusão social como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e as Propostas de Gestão Popular nas Políticas Públicas. Esses cursos eram ministrados por especialistas e técnicos das áreas, militantes de partidos políticos, educadores sociais, pesquisadores e representantes de entidades governamentais e não-governamentais. (SCHWARTZ, 2007)

No Parque Europa I o processo de construção de moradias por mutirão incorporou valores culturais dentro do contínuo movimento de interação entre a vida local e as experiências do cotidiano da zona sul da cidade, num constante fazer-se e refazer-se.

O mutirão foi a alternativa de construção de moradias escolhidas pelos grupos de base da região, que possuíam longa trajetória de lutas na cidade. Assim, como na Jardim Apuanã, os integrantes do grupo avaliaram os terrenos e escolheram dois locais abandonados com dívidas altas de impostos para a ocupação.

As equipes que coordenaram as primeiras organizações receberam apoio de lideranças e agentes pastorais ligados à Igreja Católica.

Após a ocupação e a limpeza do local, homens e mulheres compareceram para o trabalho diário de criação do projeto, estrutura dos arruamentos e concepção de moradia verticalizada e por casas sobrepostas. (SCHWARTZ, 2007)

A proposta de construção por mutirão foi impulsionada durante a administração da prefeita Luiza Erundina de Souza. A prefeita possuía laços com os movimentos populares larga e experiências coparticipativa em acampamentos e ocupações de terras e imóveis, desde os seus mandatos como vereadora e deputada estadual. Concomitantemente, a organização do movimento do Parque Europa. crescia na cidade, em outras regiões e outras experiências como a da Vila Remo, Parque Santo Antônio, Jardim Comercial, Favela Recanto da Alegria e Jardim Macedônio.

A Igreja Católica, desde 1982, lançava cartilhas políticas conscientizadoras sobre o direito à cidade. A mais utilizada pelo grupo de base do Parque Europa foi a intitulada “Acorda Povo: Região de São Miguel”, que criou grupos de ruas para incentivar a participação dos populares nos movimentos de moradia e lançou o jornal “Grita Povo”, elaborado pelo Centro de Comunicação Popular de São Miguel.

As cartilhas da Igreja eram muito importantes para nós, elas esclareciam sobre os problemas da ocupação do solo, sobre o direito à moradia, sobre como se organizar para lutar por algo que é direito nosso e como criar associações e coordenar. Muitas ações foram pensadas através dos ensinamentos que essas cartilhas, palestras e reuniões davam para todos os participantes do movimento e ajudaram a unir todos nós, de várias regiões diferentes. (ARAÚJO, 2021)

Essas ações em múltiplos territórios da cidade propiciaram a formação de uma coordenação geral dos movimentos na região sul, integrada por assessores, técnicos e representantes de moradores da Associação Comunitária de São Bernardo.

Os diálogos entre as regiões eram necessários para a proliferação de organizações e associações. Na zona Leste, o movimento foi dividido em Leste I e Leste II. Essa separação seguia a atuação e diretrizes da Igreja na região. Ocuparam terrenos ociosos localizados no Jardim Camargo Novo, no Itaim Paulista e na Vila Primeiro de Outubro.

Nesse contexto, realizaram uma reunião organizada pela Equipe Regional de Direitos Humanos, com o objetivo de criar um movimento unido na cidade que lutasse pelos sem moradia, cuja matriz era o Movimento Sem Terra- MST. O impacto foi tão grande que em apenas dois meses após a sua fundação já havia 1.800 famílias cadastradas no movimento, subdivididas em setores: Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaquera, Itaim Paulista, Ponte Rasa, Artur Alvim, Cangaíba, Guaianases, Cidade Líder e Vila Esperança. (SCHWARTZ, 2019)

A coordenação do movimento do Parque Europa I se constituiu em meio a esse movimento de luta por moradia nas regiões da cidade como um todo. O compartilhamento de experiências ajudava na construção de pautas e convocações de assembleias com a presença de vereadores e deputados da zona sul, que, diante dos populares, prometiam tratar de financiamentos para a construção de unidades habitacionais nos terrenos escolhidos. Essa relação aproximou os movimentos com o Partido dos Trabalhadores – PT, na época.

O mutirão acordado foi por empreitada e os pagamentos das prestações segundo a renda mensal das famílias.

No terreno foram criados os “canteiros de obras” (com a preparação do terreno para as fundações) e a assembleia geral para definição do regulamento interno. Nesse regulamento estavam previstos os números de horas de trabalho de cada família, os coordenadores de cada grupo e os apoios (limpeza do terreno, cercamento da área, alvenaria, almoxarifado, cozinha, creche etc.). Enquanto as pessoas construía o canteiro de obras, se conheciam e se ambientavam com a equipe técnica, revelavam suas habilidades tanto para organização profissional como para política.

Depois dessa fase começava a fundação dos edifícios ou casas sobrepostas.

As famílias, controlavam os custos e acompanhavam as planilhas de recursos e zelavam para que não houvesse desperdício de recursos. Conseguiram produzir blocos pré-moldados e outros materiais que barateavam a obra. As mulheres produziam os melhores blocos.

O processo de trabalho do mutirão por empreitada diferenciava-se do mutirão por autogestão que se caracterizava pelo fazer junto e sem patrão, numa relação de solidariedade, cooperação e aprendizado. Neste, a prefeitura contratava os mutirantes para a execução da obra, além da mão-de-obra local. O programa, proporcionava custos mais altos na produção das unidades habitacionais do que o por autogestão. (SCHWARTZ, 2019)

Não obstante, a organização coletiva no processo de construção era parecida, proporcionando aprendizado coletivo acima do individual e espaços de emancipação e de resolução dos problemas.

Para manterem autonomia de uso das suas verbas, as coordenações das associações em todas as regiões da cidade, resolveram fundar a Central de Entidades Populares - CEP, que atuaria como suporte jurídico e estabeleceria parcerias por meio da contratação de entidades, como a Teto Assessoria Técnica, composta por engenheiros, arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, geógrafos e professores de diversas áreas do conhecimento.

O movimento de moradia do Jardim Apuanã e do Parque Europa vislumbraram também as experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG e da Cooperativa de Trabalhadores em Construção Civil da Leste I – Cootraleste São Francisco, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Associação da Defesa da Moradia - ADM, entidade criada por estudantes de advocacia do Centro Acadêmico XXII de agosto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. (SCHWARTZ, 2019)

A ADM, criada em 1984 pelos estudantes de direito da PUC/SP, atuavam em prol da causa dos sem-teto desde 1977, impulsionando o movimento de moradia com o seu auxílio técnico.

Os membros da estrutura interna dos movimentos dos dois mutirões utilizaram a expressão “comunidade” para designar um bairro ou uma região. Mantiveram reuniões periódicas (semanais ou quinzenais) de avaliação dos andamentos das negociações e sobre problemas localizados nos territórios. As comunidades foram subdivididas em “setores” que aglutinaram os grupos próximos geograficamente e promoveram a ligação entre a base e a coordenação. Cada “comunidade” elegeu o seu coordenador, em sua maioria mulheres, para representá-la nos setores. Esses coordenadores se integraram às lideranças dos movimentos. Todas as decisões eram pautadas em assembleias semanais e a operacionalidade das propostas encaminhadas pela “executiva”.

A Associação de Mutirantes União dos Nove do Parque Europa I foi exemplo de projeto iniciado a partir dessa união, e englobava outras oito associações, com as finalidades de ajudar na organização do movimento da região sul da cidade e de construir moradia a baixo custo.

Assim, a associação do Parque Europa I foi composta por seiscentas e setenta e quatro famílias, dirigidas em sua maioria por mulheres (80%). Elas realizavam o cadastramento das pessoas interessadas no movimento, controlavam as áreas, incentivavam as reuniões para mapeamentos e administravam o dinheiro comunitário. Uma vez concluídos os trabalhos preparatórios de mapeamento da região, elas organizavam o cadastramento dos interessados e apoiavam a organização do coletivo para o processo de ocupação do terreno.

Não obstante, diante da ocupação desordenada das regiões de proteção dos mananciais hídricos, da marginalização sócio-espacial dos bairros populares que expunha os moradores, as péssimas condições de moradia e do descaso com as reservas florestais, as margens de córregos e as encostas que comprometiam o equilíbrio físico do ambiente urbano, elas eram obrigadas a realizarem encontros entre as Secretarias de Habitação e a comunidade, a fim de se problematizar a questão no Plano Municipal de Habitação. Dessas reuniões foram elaborados artigos que foram acrescentados no Plano Diretor, sobre novos assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para a moradia.

Essas mulheres, a partir daí direcionaram as demandas (necessidades) para as negociações junto ao Município, priorizaram garantir participação na elaboração do Estatuto da Cidade e visaram o Interesse Social da moradia. Desenvolveram trabalhos explicativos sobre as ocupações do solo, diversidade de atividades e de tipologias habitacionais e aos mecanismos de uso e posse de imóveis para evitar despejos e a reintegração em cartilhas para discussão nas comunidades de base da zona sul. Dessa forma, garantiram a participação das famílias no processo de decisão sobre o mutirão. Entretanto, somente em 1995, conseguiram efetivar as negociações com a prefeitura para a contratar especialistas e negociar um convênio para

arrecadar fundos, objetivando criar um caixa para a construção das moradias junto Secretaria de Habitação Municipal. Como essa arrecadação não suportava a demanda, grande parte dos sem-teto optou pela contribuição voluntária, realizada pelas famílias de mutirantes, com o valor de três reais. Além dessa arrecadação, também realizaram festas e bingos pelas coordenadoras, com a mesma finalidade. Os fundos arrecadados serviram para a compra de cestas básicas, para distribuição voluntária para as famílias mais necessitadas do mutirão.

Diante das demandas e da escassez do número de lotes possíveis para a construção das casas sobrepostas e dos edifícios, a associação passou a monitorar as reuniões dos mutirantes, através do controle da presença escrita e do número de faltas permitido para cada família nas reuniões. Por cada participante o mutirante recebia pontuações e classificações que posteriormente serviriam para designar a ordem de recebimento dos contratos das unidades habitacionais. O critério de participação e interesse determinou o destino das moradias, a escolha dos apartamentos, do local quando o condomínio ficou pronto em 2010.

Isto posto o objetivo orientador do presente estudo foi apresentar as experiências do movimento social de luta por moradia em duas organizações na cidade de São Paulo – o Mutirão de Autogestão do Jardim Apuanã e parque Europa I e II levando-se em consideração as relações estabelecidas entre eles, bem como as transformações das identidades dessas lideranças no dia-a-dia do movimento, a pluralidade das ações coletivas dessas mulheres na luta pela moradia na cidade de São Paulo, partindo-se das organizações em grupos de base da Pastoral da Moradia da Igreja Católica e do próprio movimento. Foram abordados, os mecanismos de participação em associações ou cooperativas, as estratégias das ocupações de terrenos abandonados na periferia da cidade, as reuniões dos grupos, as suas coordenações e as negociações com a institucionalidade para a construção de projetos habitacionais por mutirão.

Nesse sentido, as intensas ações coletivas dessas associações foram consideradas por esta pesquisa como geradoras de potencialidades num processo pedagógico de aprendizado cotidiano veemente, possibilitando questionamentos sobre as políticas um padrão adequado de vida na cidade. Em vista disso, reconhece-se que as mulheres do movimento de moradia contribuíram significativamente para o encaminhamento de projetos de produção e distribuição de cooperativas autogeridas por mutirões ou por empreitada e discussões o reconhecimento do direito de morar, trabalhar e desfrutar da cidade.

Com a introdução das propostas de Reforma Urbana advindas da Constituição de 1988, mais especificamente do seu artigo 182, foi criada uma base jurídica que permitiu aos cidadãos e a essas mulheres instrumentos de luta para a exigência do cumprimento dos projetos habitacionais de interesse social.

As trajetórias das lideranças coparticipantes da pesquisa pela via de mecanismos e estratégias de luta, como as reuniões, as coordenações e as ocupações de terrenos abandonados pelos seus proprietários, pressionaram os governos para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, prevista no Estatuto da Cidade. Possibilitaram novas relações de participação, as ações coletivas e a solidariedade, num processo de politização iniciado a partir do aprendizado das práticas cotidianas, no qual a questão da moradia não seria a conquista apenas de uma unidade habitacional, mas de infraestruturas urbanas, de equipamentos sociais locais e da cidadania. Elas potencializaram suas capacidades individuais e coletivas e a de muitos integrantes das suas associações, compreenderam as relações público/privado e o espaço social que é político e de interesse da maioria, ressignificaram suas identidades, valores e comportamentos e se reconheceram como cidadãs. A prática cotidiana coletivizada dos integrantes das duas associações estudadas contribuiu para que os movimentos de moradia se percebessem como sujeitos de sua história. Ganharam consciência de que, como cidadãs, têm direitos sobre a “coisa pública” e de que as suas transformações assumiram proporções significativas no sentido da abertura de caminhos para a conquista de uma sociedade mais justa.

Referências:

AMARAL, Lilian. (Org). Cartografias Artísticas e Territórios Poéticos. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina | Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos, 2016.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. Rio de Janeiro: FGV, 2009

HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediação cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2003

KOSELLECK, Reinhart. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In: _____. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio. 2006, p. 97-188

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

SCHWARTZ, Rosana M.P.B. Mulheres em Movimento, Movimento de Mulheres: a luta feminina por moradia na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Rosana M.P.B. Mulheres em Movimento, Movimento de Mulheres: a luta feminina por moradia na cidade de São Paulo. São Paulo, E-Manuscrito, 2019.

Fontes Orais:

ARAÚJO, Ivanete. Depoimento concedido em 2021.

CAMILLO, Maria Izilda, Depoimento concedido em 2021.

FRANCO, Ednalva. Depoimento concedido em 2021.

LOPES, Fátima. Depoimento concedido em 2005.